

CONTABILIDADE

OS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL - UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Carlos Manuel Severino da Mata (carlos.mata@esce.ips.pt)
Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira (ana.bela.teixeira@esce.ips.pt)
Instituto Politécnico de Setúbal
Escola Superior de Ciências Empresárias
Campus do IPS – Estefanilha
Setúbal - Portugal

RESUMO:

Nos últimos anos, a nível nacional, de acordo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, sabe-se que, desde 2005, cerca 90% do activo de uma autarquia local corresponde a imobilizado.

Este estudo pretende responder à seguinte questão: “A composição e o peso dos Bens de Domínio Público (BDP) no Imobilizado e no Activo nos municípios do distrito de Setúbal são semelhantes à realidade nacional?”

Assim, realizou-se uma análise comparativa da estrutura do Imobilizado dos 13 municípios do Distrito de Setúbal, com a realidade nacional para os anos de 2009 e 2010. Se considerarmos como unidade de análise quer o activo quer o imobilizado, os BDP representam sempre a segunda maior componente, seguindo a tendência nacional. No que respeita á composição dos BDP verifica-se que as “Outras Construções” apresentam mais de 60% desses bens. Não se verifica grande homogeneidade na composição dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal.

PALAVRAS-CHAVE: Activo, Imobilizado, Bens de Domínio Público, Autarquias Locais.

ABSTRACT

In recent years, in national terms, according to the Financial Yearbook of Portuguese Municipalities, it is known that, since 2005, approximately 90% of the actives from local autarchies correspond to their fixed assets.

This study wants to answer the following question: “The composition and weight of the Goods Public Domain (BDP) in Fixed Assets and Actives of municipalities in the district of Setúbal are similar to the national reality?”

Therefore, it has been carried a comparative analysis of the structure of the fixed assets of the 13 municipalities of Setúbal, with the national reality for the years 2009 and 2010. If we consider as the unit of analysis both the actives and the fixed assets, the BDP's always represent the second unit as the largest component, following the national trend. With regard to the composition of the BDP, we can verify that the "Other Constructions" have more than 60% of these goods. There is no great homogeneity in the composition of the BDP in the municipalities of the district of Setúbal.

KEY WORDS: Active, Fixed Assets, Public Domain Assets, Local Autarchies.

INTRODUÇÃO

A crescente necessidade de uma gestão pública responsável e efetuada com critérios de eficiência, eficácia e economia, veio, nas últimas décadas, reforçar a importância da informação contabilística. No sector público administrativo, desde 1997, que essa informação se tem vindo a tornar obrigatória estando associada à

articulação de três sistemas contabilísticos: a contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica. Associado a isso, a disponibilidade de informação contabilística permite também a análise das despesas públicas segundo critérios de legalidade e de clareza e transparência da gestão dos dinheiros públicos e das relações financeiras do Estado (ponto 3 do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro). Essa obrigatoriedade resulta da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e, posteriormente, da criação de planos por setor de atividade, que no caso dos municípios se traduziu pela criação do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

É neste contexto que se desenvolve a nova informação, direcionada para a satisfação das necessidades dos seus utilizadores e estipulando uma série de regras para a implementação de um sistema desta natureza.

A Contabilidade como sistema de informação, acompanhou as preocupações da Sociedade com o POCAL, de modo a definir e a normalizar critérios que permitam reconhecer, mensurar e divulgar a atividade e o património que as autarquias administram e controlam.

A nível da informação contabilística de divulgação obrigatória no POCP e no POCAL, entre outros, da análise do Balanço, que reflete a constituição do património da entidade contabilística, podemos constatar que, de acordo com Carvalho et al (2012), no caso das autarquias, cerca de 90% do Activo pertence ao Imobilizado.

Com base na relevância dessa massa patrimonial, consideramos de extrema importância efetuar o seu estudo, salientando a sua composição e peso percentual, destacando, nas suas diversas componentes, os Bens de Domínio Público (BDP).

Tendo em conta os pressupostos enunciados, esta investigação tem por objetivo geral caracterizar a composição e o peso dos bens de domínio público no Imobilizado e no Activo nos municípios do distrito de Setúbal e, ainda, comparar com o contexto nacional. Para a concretização deste objetivo global, surge a necessidade de caracterizar o POCAL, face ao Imobilizado, em geral, e aos Bens de Domínio Público, em particular, e focar a apresentação e divulgação destas componentes pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e pelas autarquias em análise.

Assim, os objetivos específicos do presente estudo assentam em três pontos:

- 1) Caracterizar o Imobilizado no POCAL, em particular os Bens de Domínio Público;
- 2) Os Bens de Domínio Público no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses;
- 3) Caracterizar e comparar o peso dos Bens de Domínio Público, no Imobilizado e no Activo dos municípios do distrito de Setúbal com a realidade nacional.

Para a concretização dos objetivos propostos foi utilizada uma metodologia de investigação baseada na análise bibliográfica e na análise dos balanços das autarquias que integram o distrito de Setúbal. Efetuado o tratamento dos dados obtidos, procurámos identificar e caracterizar o peso e composição dos Bens de Domínio Público nos municípios do distrito de Setúbal.

1. AS AUTARQUIAS LOCAIS

As autarquias locais, de acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP), no n.º 2 do art. 235º, são “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”. Ainda de acordo com o n.º 1 do art. 236º é especificado que as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Assim, o município é a autarquia local que visa a prossecução dos interesses comuns da população residente num território delimitado (concelho), através de órgãos eleitos.

De referir que um município pode integrar, com existência autónoma e estrutura própria, empresas mistas e municipais e serviços municipalizados.

Atualmente, de acordo com a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em Portugal existem 308 municípios, que se podem repartir em três dimensões (Carvalho *et al.*, 2012:21), tal como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 1 – Distribuição dos Municípios Portugueses por classes de Dimensão

Pequenos (população menor ou igual a 20.000 habitantes)	Médios (população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes)	Grandes (população superior a 100.000 habitantes)
179 Municípios	106 Municípios	23 Municípios
58,1%	34,4%	7,5%

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O IMOBILIZADO NO POCAL

As contas e classes integradas na Contabilidade Patrimonial podem ser classificadas como pertencentes ao Activo, Passivo, Fundo Próprio (ou Património Líquido), Custos, Proveitos e Resultados e estão associadas a duas demonstrações financeiras, o Balanço e a Demonstração dos Resultados.

O Balanço, de acordo com o POCP e o POCAL e seguindo a sistematização utilizada por Carvalho *et al.* (2006:45), divide-se em três tipos de massas patrimoniais:

- O Activo, que se divide em três grandes grupos: Activo Circulante¹, Activo Fixo² e Acréscimos e Diferimentos³;
- O Passivo, que se divide também em três grandes grupos: Passivo Circulante⁴, Passivo a Médio e Longo Prazo⁵ e Acréscimos e Diferimentos⁶; e
- Fundos Próprios, que corresponde à diferença apurada entre os valores do Activo e valores do Passivo. O valor encontrado no 1º balanço será registado na conta “Património”, com excepção dos subsídios e doações que se registam na conta “Reservas”. O lucro ou prejuízo do exercício é registado na conta “Resultado Líquido do Exercício”.

Em 2003, o immobilizado no Balanço dos municípios portugueses representava mais de 85% do activo (Carvalho *et al.*, 2005). Este estudo, publicado em 2012 com referência a dados de 2010, permite verificar que o immobilizado representa, aproximadamente, 94% do activo total dos municípios, tal como já se tinha verificado em 2009, 2008, 2007 e 2006. Com base nos valores apresentados consideramos de extrema relevância estudar as suas grandes massas e perceber, contabilisticamente, como se reconhecem os factos ocorridos na classe 4.

De acordo com o POCAL, a classe 4 inclui os bens detidos com continuidade ou permanência, e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da entidade, quer sejam de sua propriedade, ou estejam em regime de locação financeira. Os bens a incluir no balanço na classe do immobilizado devem ser os que se identificam no quadro 2.

Quadro 2 – Bens a incluir no immobilizado

Imobilizado	Bens de domínio privado da autarquia	Sob a administração de outras entidades
	Bens adquiridos pelo sistema de <i>leasing</i>	Sob a administração da autarquia
	Bens de Domínio Público	Sob a administração ou controlo da autarquia

Fonte: Adaptado Carvalho *et al.* (2006:187).

¹ Corresponde aos meios monetários e outros elementos do activo que se prevêem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano.

² Corresponde aos elementos do activo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano e é constituído por immobilizado (corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dividas a receber a médio e longo prazo.

³ Corresponde a custos diferidos e a acréscimos de proveitos, em obediência ao princípio da especialização do exercício.

⁴ Corresponde às obrigações que se vencem num prazo inferior a um ano.

⁵ Corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano.

⁶ Corresponde aos proveitos diferidos e acréscimos de custos, em obediência ao princípio da especialização do exercício.

Relativamente à valorização do Imobilizado, o POCAL, em sentido genérico, refere que o activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. No caso de activos do imobilizado obtidos a título gratuito o POCAL refere que deve ser considerado o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. Esclarece ainda que, em qualquer dos casos, o critério que vier a ser aplicado deverá se explicitado e justificado no anexo ao balanço e demonstração dos resultados na nota 8.2.3.

O imobilizado pode ainda assumir o valor zero quando adquirido a título gratuito, mantendo-se este valor até que o bem seja objecto de uma grande reparação assumindo então o montante dessa reparação. Também neste caso, deve a entidade identificar os referidos bens e a razão daquela impossibilidade em anexo na nota 8.2.14. O valor zero, poderá também ser aplicado sempre que, em caso de inventariação inicial de activos, se desconheça o valor de aquisição ou de produção.

Dado que existe a possibilidade de haver transferência de activos entre entidades, o POCAL dispõe que sempre que sejam transferidos activos entre entidades abrangidas pelo POCAL ou entre o POCAL e o POCP o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que estejam em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos pelo POCAL, a não ser que o diploma da transferência tenha fixado valor diferente, ou, em alternativa, que as partes tenham acordado um valor entre si e o mesmo tenha sido sancionado pelos órgãos e entidades competentes. Em caso de ser impossível a aplicação de qualquer um destes critérios aplicar-se-ão os estabelecidos para as aquisições gratuitas, ou seja, o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens (Angelo e Teixeira, 2012).

O POCAL refere ainda que se o bem se desvaloriza ao longo da sua vida útil, deve ser objecto de amortização ou depreciação utilizando, para tal, o método das quotas constantes.

No POCAL, os bens de Imobilizado, registados na classe quatro, têm as seguintes naturezas: 41 - Investimentos Financeiros; 42 - Imobilizações corpóreas; 43 - Imobilizações Incorpóreas; 44 - Imobilizações em curso; 45 - Bens de Domínio Público; 48 - Amortizações acumuladas; e 49 - Provisões para Investimentos Financeiros.

Seguidamente, vamos analisar a conta 45 – Bens de Domínio Público.

2.2 – OS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO NO IMOBILIZADO E NO POCAL

Bens de domínio público, de acordo com Frade (2003:321), são um conjunto de bens pertencentes a uma pessoa colectiva de direito público de população e território, cujo uso tem de estar afecto a fins de interesse público e que estão sujeitos a um regime jurídico especial.

Segundo o n.º 1 do art. 84º da CRP, os bens de domínio público são:

- Águas territoriais com os seus leitos e os fundos marinhos contíguos, bem como os lagos, lagoas e cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com os respectivos leitos;
- As camadas aéreas superiores ao território acima do limite reconhecido ao proprietário ou superficiário;
- Os Jazigos minerais, as nascentes de águas mineromedicinais, as cavidades naturais subterrâneas existentes no subsolo, com excepção das rochas, terras-comuns e outros materiais habitualmente usados na construção;
- As estradas;
- As linhas férreas nacionais;
- Outros bens como tal classificados por lei.

Relativamente à inclusão dos BDP no Imobilizado, e logo no Activo, vários têm sido os autores a questionar se os mesmos devem ou não fazer parte do Activo. Segundo Bernardes (2003:328) as administrações públicas e as autarquias locais gerem infra-estruturas (pontes, estradas, barragens, sistemas de iluminação, etc.) e um importante acervo de património histórico-artístico (museus, bibliotecas, castelos, ...) cujo valor é certamente discutível, como é discutível se, em termos de Contabilidade Patrimonial, devem tais bens ser considerados como Activos e incluídos, portanto, no balanço de uma entidade pública.

Relativamente à inclusão ou não dos BDP no activo, se considerarmos o previsto no Sistema de Normalização Contabilístico em vigor em Portugal para o sector privado, verificamos que os referidos bens seriam excluídos do activo do SPA uma vez que as duas principais considerações a ter em conta para o seu reconhecimento nessa massa patrimonial são o “controlo” e “benefícios económicos futuros”, considerando o activo como “um recurso controlado por uma empresa como resultado de eventos passados em relação ao qual se esperam que fluam benefícios económicos futuros para a empresa”. Se não vejamos: Quanto ao controlo, verificamos que os BDP não são passíveis de apropriação individual pois são geridos pelo Estado. Por outro lado, como são bens de uso público também a questão de trazerem benefícios económicos futuros é uma questão problemática de avaliar.

Todavia, se analisarmos a *International Public Sector Accounting Standards 1* (2007) publicada pelo o *International Federation of Accountants*, no seu parágrafo 7, esta norma define activo como sendo um recurso controlado por uma entidade em resultado de eventos passados e em relação ao qual são esperados benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Esta última noção, “potencial de serviço”, representa a diferença do sector público para o sector empresarial relativamente ao conceito de activo.

Mas a questão da inclusão dos bens de domínio público no balanço das entidades públicas não é pacífica. Vários autores defendem a sua exclusão. No entanto, Carvalho et al. (2006:198) afirmam que todos os bens de domínio público devem estar no balanço da autarquia que os administra incluindo aqueles que estejam cedidos temporariamente. Bernardes (2003), por sua vez, refere sobre este tema que existem várias formas de olhar os bens de domínio público. Uma delas será numa óptica do patrimonialismo extremo em que todo o tipo de imobilizado deve ser considerado como activo, esteja ou não operacional, salientando ainda, citando Lucuix Garcia, as vantagens da inclusão dos bens de domínio público no balanço e referindo que são uma forma de justificar grande parte da dívida a longo prazo das administrações públicas e também correspondem às expectativas que têm por base o entendimento de que o balanço constitui o documento de síntese mais apropriado para informar sobre todos os recursos geridos pela entidade pública em nome e a favor dos cidadãos.

Saliente-se que antes de se proceder ao registo contabilístico dos BDP é necessário, para além da sua identificação, efetuar a sua inventariação e avaliação. O Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), publicado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, evidencia a necessidade de inventariação dos bens de domínio público e estabelece os procedimentos que se devem seguir. O POCP e o POCAL referem que a valorização dos bens de domínio público deve ser efectuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção. No caso de se ter de registar BDP antigos em que não há forma de saber o custo de aquisição ou o custo de produção, esses planos possibilitam que esses bens constem no imobilizado com o valor zero, tendo a entidade onde tal aconteça de identificar os referidos bens e a justificação da sua impossibilidade, em anexo próprio.

A fase da valorização dos BDP oferece alguma dificuldade. Se por um lado o CIBE estabelece as instruções sobre a inventariação dos bens afectos a entidades públicas, estabelecendo no artigo 15º que “integra os imóveis qualificados de domínio público ou privado”, e classificando-os conforme o domínio de acordo com o artigo 18ª, quanto à avaliação não há uma distinção clara entre os bens de domínio público e os bens de domínio privado, sendo os bens avaliados conforme a sua espécie (urbanos, rústicos e outros) sem ter em conta o seu domínio (Angelo, 2011). Para alguns autores, os bens de domínio público, “não têm valor de mercado, mas apenas valor de uso ou valor social, uma vez que não podem ser comercializados livremente no mercado” (Carvalho e Alves, 2006:77). No entanto, e de acordo com o CIBE, são avaliados de acordo com a sua espécie.

Para efeitos de aplicação do preconizado no POCP, no POCAL e no CIBE, no que respeita à avaliação constata-se a inexistência de diplomas legais vinculativos a ter em conta no apuramento do valor de qualquer bem imóvel (Carvalho e Alves, 2006:89). Neste sentido, caberá a cada entidade pública definir quais os critérios mais adequados para a avaliação dos bens que se encontrem por avaliar.

De acordo com o POCP e o POCAL, os BDP devem ser registados na conta 45, que por sua vez apresenta as seguintes sub contas: Terrenos e recursos naturais (451); Edifícios (452); Outras construções e infra-estruturas (453); Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar (454); Bens do património histórico, artístico e cultural (455) e Outros bens de domínio público (459).

A movimentação contabilística da conta 45, ou respetiva sub conta, é efectuada na Contabilidade Patrimonial. Todavia, face à articulação prevista no POCP e no POCAL da Contabilidade Orçamental e Patrimonial no que se refere à execução do orçamento, o seu registo tem, em situações muito específicas, também implicações na Contabilidade Orçamental, é o caso da aquisição a título oneroso, como se apresenta no quadro 3.

Quadro 3 – Aquisição a título oneroso

Fase da execução	Contabilidade Orçamental	
	Débito	Crédito
Cabimento	023 – Dotações Disponíveis	026 – Cabimentos
Compromisso	026 – Cabimentos	027 – Compromissos
	Contabilidade Patrimonial	
Processamento (Obrigação)	45 – Bens de Domínio Público	261- Fornecedores de Imobilizado
Autorização de pagamento	261- Fornecedores de Imobilizado	252 – Credores pela execução do Orçamento
Pagamento	252 – Credores pela execução do Orçamento	12 – Depósitos em instituições financeiras

Fonte: Adaptado de Alves (2004).

As contas da contabilidade patrimonial serão movimentadas pelo valor da contraprestação envolvida na aquisição do bem de domínio público, enquanto que as contas da contabilidade orçamental são movimentadas pelo valor previsto. Sempre que na fase do processamento exista diferença entre o valor previsto e o realizado, serão efectuados reforços ou anulações ao cabimento e ao compromisso, de forma a igualar o valor cabimentado e comprometido ao realmente ocorrido.

Se a aquisição for a título gratuito, a conta a movimentar a crédito deverá ser a de Doações (576) e deverá registar-se como valor o resultante de avaliação, o patrimonial definido nos termos legais ou o resultante de avaliação segundo critérios técnicos adequados ao bem.

Quadro 4 - Construção pela própria entidade

Fases da execução	Contabilidade Orçamental	
	Débito	Crédito
Cabimento	023 – Dotações Disponíveis	026 – Cabimentos
Compromisso	026 – Cabimentos	027 – Compromissos
	Contabilidade Patrimonial	
Processamento	Classe 6 – Custos e Perdas	26- Outros devedores e credores
Autorização de pagamento	26- Outros devedores e credores	252 – Credores pela execução do Orçamento
Pagamento	252 – Credores pela execução do Orçamento	12 – Depósitos em instituições financeiras
Final do Exercício	445 – Imobilizações em curso	75 – Trabalhos para a própria entidade
Conclusão do bem	45 – Bens de Domínio Público	445 – Imobilizações em curso

Fonte: Adaptado de Alves (2004).

Em casos de auto produção a conta 45 só é movimentada com a conclusão do bem. Até lá a movimentação é feita pela conta 445 – Imobilizações em curso – bens de domínio público pelos custos apurados no ano em contrapartida da conta 75, trabalhos para a própria entidade. Quando no final da obra e entrada em funcionamento do bem, debita-se a conta 45 por contrapartida da 44 (pelo valor acumulado de exercícios anteriores) e da 75 (pelo custo apurado nesse exercício/ano).

Se houver uma transferência do bem para outra entidade deverá ser registado o abate do bem na entidade de origem pelo valor constante dos registos contabilístico movimentando a débito as contas 576 – Doações e 485-Amortizações acumuladas, por contrapartida da conta 45 – Bens de Domínio Público.

Quadro 5 - Transferência definitiva a título oneroso

Registos contabilísticos	Contabilidade Patrimonial	
	Débito	Crédito
Abate	485 – Amortizações acumuladas	45 – Bens de Domínio Público
	79 –P. G. Extraordinários ou 69 – C.P. Extraordinários	79 –P. G. Extraordinários ou 69 – C.P. Extraordinários
Valor de Venda	26 – Outros devedores e credores	79 –P. G. Extraordinários ou 69 – C.P. Extraordinários
Recebimento	251 – Devedores pela execução do orçamento	26 – Outros devedores e credores
	11 – Caixa ou 12 –Depósitos em instituições financeiras	251 – Devedores pela execução do orçamento

Fonte: Adaptado de Alves (2004).

Salvo algumas exceções, como terrenos e edifícios históricos e os constantes do art. 36º do CIBE, as amortizações dos bens de domínio público obedecerão às mesmas regras que os restantes bens, pelo que se tiverem uma vida útil estimada serão amortizados pelo método das quotas constantes, movimentando a débito a conta 66 – Amortizações do exercício e a crédito a conta 48 – Amortizações Acumuladas.

Resumidamente podemos concluir que os bens de domínio público são bens que pelas suas características são uma especificidade do sector público e apenas por este são administrados, sendo obrigatoriamente apresentados nas demonstrações financeiras das entidades contabilísticas que os administram de forma a evidenciar todo o activo que está sob a sua administração e controlo.

De seguida, através da análise do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP) iremos evidenciar que parte dos activos da administração local são bens de domínio público e quanto representam esses bens no imobilizado dos municípios.

2.3 OS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO NO ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

No âmbito da análise económica e financeira às contas das autarquias locais a nível nacional, o AFMP, publicado desde 2005, com a análise à prestação de contas referente ao exercício económico de 2003, é hoje uma publicação de referência nacional, sintetizando a avaliação do desempenho das autarquias sob diferentes ópticas: orçamental, financeira, patrimonial e económica. A última versão disponível e editada em 2012 diz respeito ao exercício económico de 2010 (Teixeira *et al.*, 2011).

O quadro 6, adaptado do AFMP (Carvalho *et al.*, 2012) apresenta, relativo aos anos de 2009 e 2010, os valores globais agregados do activo de todos os municípios portugueses, indicando a parcela que cada um desses valores representa no valor total do activo.

Em 2010, o imobilizado (Bens de Domínio Público, Corpóreo, Incorpóreo), tal como já se tinha verificado em 2009, 2008, 2007 e 2006, representa, em média, mais de 90% do activo total dos municípios. Importa salientar que “decorridos 7 anos após a obrigatoriedade de implementação do POCAL, nem todo o imobilizado existente se encontra avaliado e contabilizado, pelo que, será possível que, nos próximos anos, o valor inscrito na rubrica de “Bens de Domínio Público” aumente pela inclusão do valor de bens á data ainda não inventariados e avaliados em termos económicos” (Carvalho *et al.*, 2012:96).

Quadro 6 – Estrutura do Balanço (Activo) a nível nacional no ano de 2009 e 2010

Unidade: milhões euros

Activo	2009	%	2010	%
Imobilizado				
Bens de Domínio Público	12.839	33,24	13.613	33,97
Imobilizações Incorpóreas	76	0,20	81	0,20
Imobilizações Corpóreas	15.761	40,81	16.345	40,79
Imobilizado em Curso	6.201	16,06	5.958	14,87
Total Imobilizado	34.877	90,30	35.996	89,82
Investimentos Financeiros	1.419	3,67	1.613	4,02
Existências	119	0,31	120	0,30
Dívidas de Terceiros	1.083	2,80	1.197	2,99
Títulos Negociáveis	15	0,04	14	0,03
Disponibilidades	584	1,51	596	1,49
Acréscimos e Diferimentos	526	1,36	539	1,34
Total Activo	38.622	100,00	40.075	100,00

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012:96).

Foi constatado por Carvalho *et al.* (2012) que a conta dos Bens de Domínio Público (BDP) é a segunda maior componente do imobilizado representando, em 2009 e 2010, 36,81% e 37,82% do imobilizado, respetivamente, sendo que a maior componente foi a conta do Imobilizado Corpóreo que representou 45,19% e 45,41%, como podemos verificar pelo quadro 7.

Quadro 7 – Estrutura do Imobilizado a Nível Nacional no ano de 2009 e 2010

Unidade: milhões euros e %

Activo	2009	2009 %	2010	2010 %
Bens de Domínio Público	12.839	36,81	13.613	37,82
Imobilizações Incorpóreas	76	0,22	81	0,23
Imobilizações Corpóreas	15.761	45,19	16.345	45,41
Imobilizado em Curso	6.201	17,78	5.958	16,55
Total Imobilizado	34.877	100,00	35.996	100,00

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012).

No estudo liderado pelo mesmo autor é apresentada a composição dos Bens de Domínio Público nos anos de 2009 e 2010, conforme quadro 8, onde se verifica que a principal componente são as “Outras Construções” com 65,40% e 64,8%, respetivamente. Estas “Outras Construções” são, no essencial, vias e arruamentos. Já os “Bens de Domínio Público em Curso” representam uma parcela significativa, 15,6% e 14%, sendo seguidos pela parcela dos “Terrenos” com uma representação de 13,5% e 15,7%, que são dos que evidenciam maiores variações na estrutura dos Bens de Domínio Público entre 2009 e 2010, uma vez que em sede de balanço inicial foram uma das componentes do imobilizado de mais difícil contabilização, devido à necessidade de correcção do seu registo matricial e predial, reflectindo esta variação a sua regularização ao longo deste período (Carvalho *et al.*, 2012).

Quadro 8 – Estrutura dos Bens de Domínio Público a nível nacional nos anos de 2009 e 2010 Unidade: %

Bens de Domínio Público	2009	2010
Terrenos	13,5	15,7
Edifícios	1,00	1,5
Outras Construções	65,4	64,8
Património Histórico, Artístico e Cultural	1,1	0,8
Outros	3,3	3,2
Bens Domínio Público em Curso	15,6	14,0
Adiantamentos	0,0	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012:97).

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Neste ponto pretendemos dar resposta à questão de investigação inicialmente formulada e que se prendia com saber se a composição e peso dos bens de domínio público no imobilizado e no activo nos municípios do distrito de Setúbal são semelhantes à realidade nacional. Para isso serão definidas três hipóteses as quais pretendemos testar relativamente aos municípios do distrito de Setúbal.

É referido por alguns autores que os bens de domínio público deverão ser englobados nas demonstrações financeiras das entidades que os administram de forma a evidenciar todo o activo que está sob a sua administração e controlo, sendo que para Carvalho *et al.* (2006:198) todos os bens de domínio público devem estar no balanço.

Assim, a nossa primeira hipótese de investigação será:

H1: Todos os municípios do distrito de Setúbal, incluem bens de domínio público no balanço.

As outras duas hipóteses que pretendemos testar, prendem-se com a composição e o peso dos BDP no imobilizado e no activo do distrito em estudo. Assim, as hipóteses são:

H2: A composição e o peso dos bens de domínio público no imobilizado e no activo, no distrito de Setúbal, é semelhante à realidade nacional.

H3: A composição e o peso dos bens de domínio público no imobilizado e no activo, em cada município do distrito de Setúbal, é semelhante à realidade nacional.

Paralelamente a tudo isto, pretendemos também saber que percentagem dos bens registados no imobilizado dos municípios do distrito de Setúbal são bens de domínio público e que parcela representam esses bens de imobilizado no activo de cada município do referido distrito.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E METODOLOGIA

Em Portugal, tal como já referido, existem 308 municípios dos quais 13, pertencem ao distrito de Setúbal. Efetuando uma breve caracterização dos municípios do distrito, verificamos que três são de grande dimensão, 6 de média dimensão e 4 de pequena dimensão, apresentando, assim, um peso percentual diferente da distribuição a nível nacional, como se pode verificar no quadro que se segue.

No quadro 9 apresentamos os municípios do distrito organizados segundo a sua dimensão de acordo com os critérios propostos no AFMP, evidenciando-se uma inversão do maior peso percentual dos municípios de pequena dimensão, a nível nacional, para uma maior preponderância no distrito de Setúbal dos municípios de

média dimensão. De referir que os municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal representam 13% dos municípios de grande dimensão a nível nacional.

Quadro 9 – Caracterização dos Municípios do Distrito de Setúbal quanto à dimensão

Dimensão	Nº	Designação dos municípios	% no distrito	% nacional
Grande Dimensão	3	Seixal, Almada e Setúbal	23,1	7,5
Média Dimensão	6	Barreiro, Moita, Palmela, Sesimbra, Montijo e Santiago do Cacém	46,1	34,1
Pequena Dimensão	4	Alcochete, Grândola, Sines e Alcácer do Sal	30,8	58,4
Total	13		100	100

Fonte: Elaboração própria.

O estudo, referente aos anos de 2009 e 2010, assenta na análise do conteúdo do AFMP e dos Relatórios e Contas dos municípios do distrito de Setúbal. Os Relatórios e Contas deverão ser obtidos nos respectivos sítios na Internet, de acordo com o n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais. Verificou-se que 2 municípios não cumpriam com o dever de publicitação. No entanto, e após contacto pessoal com os respectivos municípios, foi possível obter a informação em falta, pelo que será possível efectuar a análise aos treze municípios no que diz respeito aos elementos constantes do balanço.

A metodologia de análise dos Relatórios e Contas assenta na análise de conteúdo e no tratamento da informação recolhida através de quadros e estatística descritiva.

3.3 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO NO DISTRITO DE SETÚBAL

Seguindo a metodologia do AFMP de não considerar no imobilizado os investimentos financeiros, o quadro 10 representa os valores globais agregados do activo de todos os municípios do distrito de Setúbal. No mesmo quadro é possível também comparar esses valores com os de todos os municípios do país. A coluna relativa à variação permite-nos, para cada uma destas dimensões, verificar quanto é que cada parcela representa no valor total do activo.

Quadro 10 – Comparação da estrutura do Activo no Distrito de Setúbal e a nível nacional, nos anos de 2009 e 2010
Unidade: Milhões Euros

Activo	2009		2010		Variação	
	Nacional %	Distrito %	Nacional %	Distrito %	Nacional 09 - 10	Distrito 09 - 10
Bens de Domínio Público	33,24	17,78	33,97	17,5	6,0	5,1
Imobilizações Incorpóreas	0,20	0,14	0,20	0,14	6,0	7,3
Imobilizações Corpóreas	40,81	55,00	40,79	56,25	3,7	8,5
Imobilizado em Curso	16,06	12,35	14,87	10,19	-3,9	-13,4
Total Imobilizado	90,30	85,27	89,82	83,92	3,2	5,1
Investimentos Financeiros	3,67	4,51	4,02	4,28	13,7	1,3
Existências	0,31	1,59	0,30	1,48	1,1	-0,9
Dívidas de Terceiros	2,80	3,98	2,99	4,16	10,5	10,7
Títulos Negociáveis	0,04	0,11	0,03	0,06	-7,9	-7,0
Disponibilidades	1,51	2,02	1,49	2,24	-2,1	15,6
Acréscimos e Diferimentos	1,36	2,52	1,34	3,85	2,4	38,8
Total do Activo	100,00 N 38.622	100,00 N 1.609	100,00 N 40.075	100,00 N 1.723	3,8	6,6

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012) e Municípios do Distrito de Setúbal (2009 e 2010).

Através da análise do quadro 10, verifica-se que o peso do imobilizado nos anos de 2009 e 2010 nos municípios do distrito de Setúbal é inferior à média nacional. De referir que o Imobilizado Corpóreo nos municípios do distrito de Setúbal representa mais de metade do total do Activo, 55,0% e 56,25% em 2009 e 2010 respectivamente, tendo nestes municípios, em média, maior peso do que a realidade nacional.

Os Investimentos Financeiros, representam um valor pouco significactivo (4,51% e 4,28% do total do activo) estando incluído nesta rubrica as participações em capital de outras entidades, em particular participações em empresas municipais e investimentos em imóveis.

Como referido por Carvalho *et al.* (2012), sendo as estradas, por imposição constitucional (artigo 34.º da Constituição da República Portuguesa), bens de domínio público, e os museus, bibliotecas, arquivos, bens da mesma natureza, de acordo com o Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de Outubro, facilmente se depreenderá que existe significactivo desequilíbrio proporcional entre os bens de domínio público e o outro imobilizado corpóreo. Segundo o mesmo autor a razão desta situação deve-se ao facto de a maior parte das estradas e vias de comunicação de gestão e controlo municipal não estarem inventariadas e avaliadas. Também se verifica a reduzida classificação e registo contabilístico no activo dos municípios dos museus, bibliotecas e arquivos municipais.

No quadro 11 evidencia-se e compara-se a composição da estrutura dos bens de domínio público, no ano de 2009 e 2010, tendo por base os valores apurados no AFMP para todos os municípios do país e comparando esses valores com os obtidos no distrito de Setúbal.

Quadro 11 – Estrutura do Imobilizado – a Nível Nacional e Distrital nos anos de 2009 e 2010

Unidade: milhões euros e %

Imobilizado	2009		2010	
	Nacional %	Distrito %	Nacional %	Distrito %
Bens de Domínio Público	36,81	20,85	37,82	20,84
Imobilizado Incorpóreo	0,22	0,17	0,23	0,17
Imobilizado Corpóreo	45,19	64,50	45,41	66,87
Imobilizado em Curso	17,78	14,49	16,55	12,12
Total Imobilizado	100,00	100,00 N 1.372	100,00	100,00 N 1.446

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012) e Municípios do Distrito de Setúbal (2009 e 2010).

Os Bens de Domínio Público e o Imobilizado Corpóreo representam cerca de 87,71% do total do imobilizado. De 2009 para 2010 verifica-se um acréscimo do imobilizado corpóreo de 82 milhões de euros (8,5%), resultante da absorção do imobilizado em curso que implicou uma variação negativa de 13,4%. Importa salientar que o distrito de Setúbal segue uma tendência semelhante à dos municípios portugueses.

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, tal como a nível nacional, verifica-se que tem um reduzido peso no activo dos municípios, representando 0,17% do total do imobilizado do distrito de Setúbal, tendo registado um crescimento de 7,3% de 2009 para 2010.

No quadro 12, dando continuidade ao objetivo do nosso estudo, apresentamos a estrutura dos bens de domínio público, nos dois anos em análise, comparando a realidade do distrito com a nacional.

Da análise verificamos que a rubrica Outras Construções, tal como a nível nacional, a rubrica com maior representatividade nos Bens de Domínio Público, 61,4% e 61,9% em 2009 e 2010 respectivamente. De referir o peso dos Bens de Domínio Público em Curso representa 14% e 12,5% do total dos Bens de Domínio Público dos municípios do distrito de Setúbal.

Importa salientar, ainda, os Terrenos que representam, no distrito de Setúbal, 21% e 22,2% nos anos de 2009 e 2010, tendo um peso superior ao da realidade nacional, 13,5% e 15,7%, o que poderá demonstrar a

preocupação dos municípios em análise na regularização do cadastro e consequente registo contabilístico dos terrenos.

Quadro 12 – Estrutura dos Bens de Domínio Público – a Nível Nacional e Distrital nos anos de 2009 e 2010
Unidade: %

Bens de Domínio Público	2009		2010	
	Nacional	Distrito	Nacional	Distrito
Terrenos	13,5	21,0	15,7	22,2
Edifícios	1,0	2	1,5	1,9
Outras Construções	65,4	61,4	64,8	61,9
Património Histórico, Artístico e Cultural	1,1	1,5	0,8	1,4
Outros	3,3	0,1	3,2	0,1
Bens Domínio Público em Curso	15,6	14	14	12,5
Adiantamentos	0	0	0	0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al.* (2012:97) e Municípios do Distrito de Setúbal (2009 e 2010).

Após o estudo do comportamento global dos municípios do distrito de Setúbal, iremos analisar como se comportam individualmente cada município. Dos treze municípios terão todos seguido a tendência do distrito ou do país ou haverá algum que se tenha destacado mais que os restantes?

A resposta a essa questão apresenta-se nos quadros 13 e 14 onde se apresenta o comportamento de cada município no que diz respeito à estrutura do imobilizado, bem como a parcela que o imobilizado representa no seu activo.

Quadro 13 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2009

Unidade: %

Municípios	Imobilizado no activo	BDP	Imobilizações Incorpóreas	Imobilizações Corpóreas	Imobilizado em Curso
Seixal	79,46	10,48	0,24	83,90	5,39
Almada	87,09	17,88	0,20	59,89	22,04
Setúbal	82,90%	18,82	0,14	68,96	12,08
Barreiro	74,30%	3,01	0,01	91,47	5,52
Moita	67,34%	39,61	0,00	49,70	10,68
Palmela	96,65%	50,72	0,52	44,67	4,10
Sesimbra	87,03%	16,06	0,09	70,35	13,50
Montijo	93,33%	8,84	0,04	86,17	4,95
Santiago do Cacém	96,46%	2,05	0,00	52,02	45,92
Alcochete	92,59%	6,53	0,24	57,01	36,23
Grândola	81,25%	28,66	0,01	58,49	12,84
Sines	91,15%	21,85	0,19	61,25	16,71
Alcácer do Sal	94,36%	24,20	0,00	57,22	18,59

Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2009).

Tendo por base o valor apurado para o distrito, que é de 85,27%, e no AFMP, 90,30%, relativamente à representatividade do Imobilizado no ano de 2009, verifica-se que o município de Palmela é o que mais se destaca com uma percentagem de 96,65%. No polo oposto temos o município da Moita onde o imobilizado

apenas representa 67,34% do activo, sendo de todos o que se apresenta com uma percentagem de imobilizado mais baixa em relação ao activo do município. Verifica-se também que Seixal, Setúbal, Barreiro, Moita e Grândola se encontram abaixo da média distrital, e que além destes também Almada e Sesimbra estão abaixo da média apurada no AFMP. No global, constata-se que em todos os municípios do distrito de Setúbal o imobilizado é também a principal componente do activo.

No que diz respeito à estrutura do imobilizado no ano de 2009 constata-se que, exceptuando Palmela, a maior componente é o “Imobilizado Corpóreo”. Contrariando a tendência nacional Palmela é, no distrito de Setúbal, o município onde os bens de domínio público são a principal componente do imobilizado. Já antes se tinha verificado que era também este o município que mais se destacava em termos de imobilizado no activo com uma parcela de 96,65%. A segunda maior rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a excepção de Almada, Barreiro, Santiago do Cacém e Alcochete, onde esta rubrica surge como a terceira componente, sendo que a segunda rubrica mais importante, para estes municípios, é o “Imobilizado em Curso”. Há ainda a destacar na rubrica dos BDP o município de Santiago do Cacém uma vez que é o que mais se afasta da tendência do distrito, onde os BDP apenas representam uma parcela de 2,05% do imobilizado, ao passo que no global do distrito esta componente representa 20,85%. No entanto, a segunda maior rubrica neste município é o “Imobilizado em Curso”, podendo neste caso haver ainda alguma cautela quanto à avaliação dos bens de domínio público ou talvez alguma dificuldade na sua inventariação.

Quadro 14 – Estrutura do Imobilizado dos Municípios de Setúbal no ano de 2010

Unidade: %

Municípios	Imobilizado no activo	BDP	Imobilizações Incorpóreas	Imobilizações Corpóreas	Imobilizado em Curso
Seixal	74,74	10,48	0,33	82,67	6,52
Almada	84,45	17,20	0,28	69,05	13,47
Setúbal	76,91	18,61	0,12	68,74	12,53
Barreiro	76,99	3,31	0,03	93,43	3,23
Moita	70,62	45,16	0,00	43,89	10,96
Palmela	96,30	49,53	0,28	46,52	3,67
Sesimbra	86,50	16,09	0,22	73,70	9,99
Montijo	95,16	8,48	0,04	87,04	4,44
Santiago do Cacém	96,73	2,24	0,00	50,55	47,22
Alcochete	94,50	5,99	0,32	67,94	25,75
Grândola	91,83	23,97	0,01	46,47	29,54
Sines	92,20	22,98	0,18	64,31	12,53
Alcácer do Sal	89,05	23,76	0,00	72,69	3,55

Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2010).

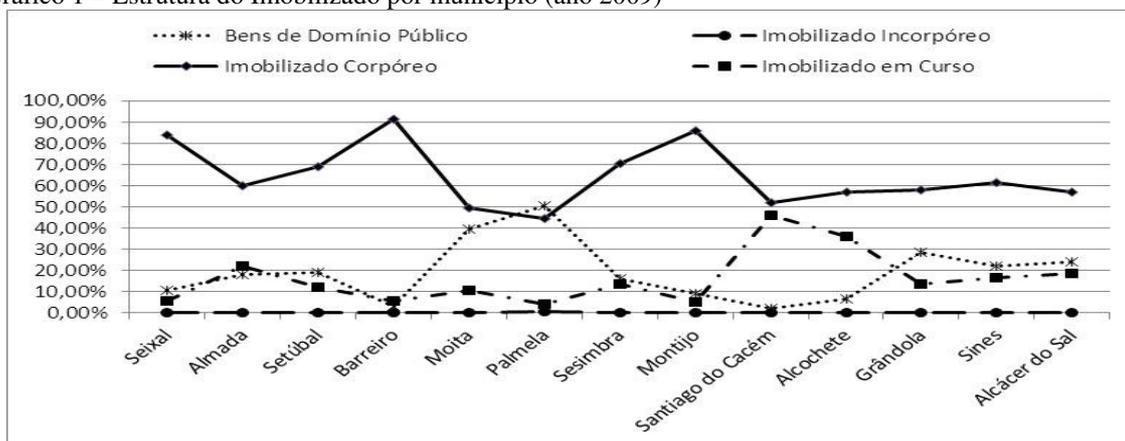
Relativamente ao ano de 2010, constata-se que o município de Santiago do Cacém é o que apresenta uma maior representatividade do imobilizado no activo com 96,73%. Já o município da Moita, à semelhança do ano de 2009, é o que apresenta menor percentagem, 70,62% em relação ao activo do município. O peso do imobilizado no activo no distrito de Setúbal e no AFMP é de 83,92% e 89,82%, respetivamente. Assim, verifica-se que os municípios do Seixal, Setúbal e Barreiro continuam abaixo da média do distrito, tal como Almada e Sesimbra continuam abaixo da média apurada no AFMP, surgindo neste ano também o município de Alcácer do Sal. Apesar disso, o imobilizado é a principal componente do activo em todos os municípios do distrito de Setúbal, tal como na realidade nacional.

No que diz respeito à estrutura do imobilizado no ano de 2010 constata-se que, exceptuando Palmela e Moita, a maior componente é constituída pelo “Imobilizado Corpóreo”. Contrariando a tendência nacional e distrital, Palmela e Moita apresentam os Bens de Domínio Público como a maior rubrica do imobilizado, com 49,53% e 45,16% respectivamente. De referir que o município da Moita apresenta a menor percentagem do imobilizado no activo do distrito com uma parcela de 70,62%. Tal como a nível nacional, a segunda maior

rubrica do imobilizado é para a maioria dos municípios os “BDP”, com a exceção de Santiago do Cacém, Alcochete e Grândola, onde esta é considerada a terceira componente, sendo que a segunda rubrica para estes municípios é o “Imobilizado em Curso”. Tal como no ano de 2009, o município de Santiago do Cacém é o que mais se afasta da tendência do distrito, onde os BDP apenas representam 2,24% do imobilizado, ao passo que no global do distrito esta componente representa 20,84%.

À semelhança da realidade nacional, o “Imobilizado Incorpóreo”, nos anos de 2009 e 2010, tem fraca representatividade no imobilizado do distrito, verificando-se que os municípios da Moita, Santiago do Cacém e Alcácer do Sal não apresentam qualquer saldo nesta rubrica.

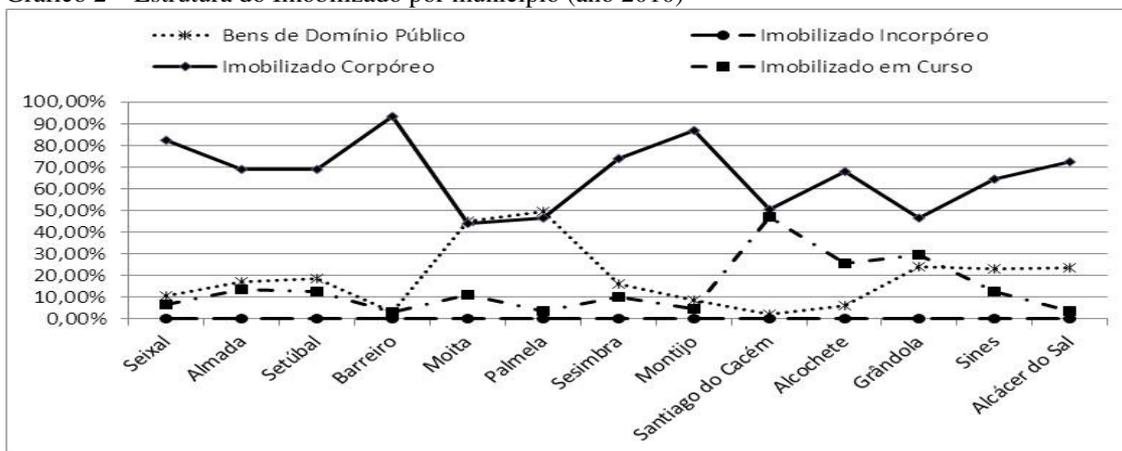
Gráfico 1 – Estrutura do Imobilizado por município (ano 2009)



Fonte: Elaboração Própria.

O gráfico 2 permite visualizar que em Santiago do Cacém a parcela do Imobilizado Corpóreo é quase idêntica ao do imobilizado em curso. Em Santiago do Cacém e no Barreiro quase não há BDP e que neste último o imobilizado corpóreo absorve a quase totalidade do imobilizado total. Em Palmela os BDP é a maior parcela do Imobilizado. É também possível ver a grande variação que existe nos valores do imobilizado corpóreo, do imobilizado em curso e dos BDP pelos municípios do distrito.

Gráfico 2 – Estrutura do Imobilizado por município (ano 2010)



Fonte: Elaboração Própria.

Com esta análise chegamos aos seguintes resultados para os municípios do distrito de Setúbal:

- Todos os municípios seguem a tendência nacional no que diz respeito ao imobilizado ser a maior componente do activo, no entanto no ano de 2009, a variação de valores é de algum modo significativa, com municípios que chegam a atingir uma parcela de 96,65%, no caso do município de Palmela, e outros 67,34%, o caso do município da Moita. Relativamente ao ano de 2010, verifica-se uma variação entre 96,73% do município de Santiago do Cacém e os 74,74% do município do Seixal.

- Relativamente aos BDP serem a segunda maior componente do imobilizado, verifica-se que nos anos em análise, apenas 8 municípios do distrito seguem esta tendência. Em 2009, nos municípios de

Almada, Barreiro, Santiago do Cacém e Alcochete a segunda maior componente do imobilizado é o “Imobilizado em Curso”, sendo que esta componente tem uma grande relevância nos dois últimos municípios referidos representando 45,92% e 36,23%, respectivamente. Já em 2010, apenas os municípios de Santiago do Cacém, Alcochete e Grândola apresentam como a segunda maior rubrica o “Imobilizado o Imobilizado em Curso”. Importa salientar que, em 2009, no município de Palmela os BDP são a principal rubrica do imobilizado onde representam 50,72%, sendo aliás este município o que mais contribui para os bens de domínio público do distrito de Setúbal. Já em 2010, para além do município de Palmela (49,53%) também o município da Moita (45,16%) apresenta os BDP com o maior peso no Imobilizado.

- O “Imobilizado Corpóreo” representa na maioria dos municípios a maior rubrica do Imobilizado, acompanhando a realidade nacional.

- O “Imobilizado Incorpóreo segue a tendência nacional ao ter franca representatividade no activo dos municípios.

Quadro 15 – Estrutura dos Bens de Domínio Público – a Nível Distrital no ano de 2009

Municípios	Terrenos	Edifícios	Outras Construções	Património Histórico, Artístico e Cultural	Outros	BDP em Curso	Adiantamentos
Seixal	6,62	0,00	91,20	1,19	0,84	0,15	0,00
Almada	39,94	0,00	50,51	1,19	0,00	8,36	0,00
Setúbal	48,48	0,00	42,62	3,01	0,00	5,89	0,00
Barreiro	52,83	0,00	47,09	0,08	0,00	0,00	0,00
Moita	31,14	0,00	67,27	0,01	0,62	0,97	0,00
Palmela	0,44	8,79	90,75	0,02	0,00	0,00	0,00
Sesimbra	2,86	0,00	78,32	1,54	0,00	17,28	0,00
Montijo	0,38	0,00	62,13	20,01	0,20	17,28	0,00
Santiago do Cacém	5,06	0,00	2,08	0,00	0,00	92,86	0,00
Alcochete	1,55	0,00	30,69	0,00	0,00	67,76	0,00
Grândola	24,46	0,00	72,10	0,20	3,24	0,00	0,00
Sines	22,76	0,00	42,07	1,64	0,00	33,53	0,00
Alcácer do Sal	16,76	0,00	51,76	0,07	0,86	30,55	0,00

Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2009).

Ao analisar-se a estrutura de BDP dos 13 municípios no ano de 2009, verifica-se que apenas 3 municípios seguem na globalidade a tendência nacional. A maioria dos municípios (9) apresenta a rubrica das “Outras Construções” com o maior peso, apesar de 2 municípios apresentarem os “Bens Domínio Público em curso” e outros 2 a rubrica dos “Terrenos”.

Importa salientar o município de Santiago do Cacém em que os “Bens Domínio Público em curso” representam 92,86% da sua estrutura dos BDP. Já nos municípios do Barreiro e Setúbal são os “Terrenos” que apresentam maior peso.

Relativamente ao ano de 2010, verifica-se que apenas 4 municípios seguem na globalidade a tendência nacional para a estrutura dos BDP. A maioria dos municípios (10) apresenta a rubrica das “Outras Construções” com o maior peso, existindo 2 municípios que apresentam os “Bens Domínio Público em curso” e 1 município a rubrica “Terrenos”.

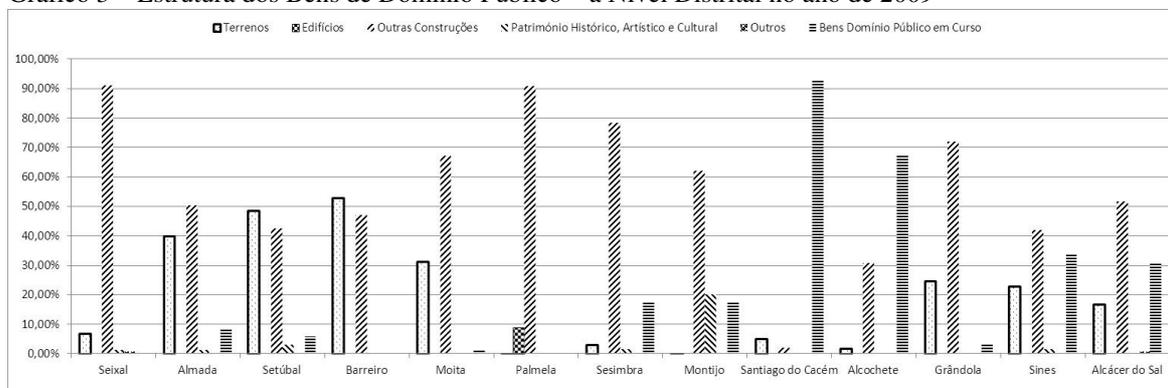
Quadro 16 – Estrutura dos Bens de Domínio Público – a Nível Distrital no ano de 2010

Municípios	Terrenos	Edifícios	Outras Construções	Património Histórico, Artístico e Cultural	Outros	BDP em Curso	Adiantamentos
Seixal	6,46	0,00	91,41	1,16	0,82	0,15	0,00
Almada	39,42	0,00	50,54	1,20	0,00	8,84	0,00
Setúbal	54,81	0,00	36,59	2,90	0,00	5,69	0,00
Barreiro	43,33	0,00	56,61	0,06	0,00	0,00	0,00
Moita	33,41	0,00	63,52	0,00	0,45	2,62	0,00
Palmela	0,47	8,46	91,05	0,02	0,00	0,00	0,00
Sesimbra	2,92	0,00	80,61	1,55	0,00	14,92	0,00
Montijo	0,40	0,00	68,99	20,93	0,21	9,46	0,00
Santiago do Cacém	5,45	0,00	1,70	0,00	0,00	92,85	0,00
Alcochete	1,49	0,00	28,11	0,00	0,00	70,40	0,00
Grândola	25,63	0,00	72,70	0,18	0,00	1,49	0,00
Sines	23,13	1,02	47,07	1,62	0,00	27,16	0,00
Alcácer do Sal	2,42	0,00	87,47	0,10	0,98	9,03	0,00

Fonte: Municípios do Distrito de Setúbal (2010).

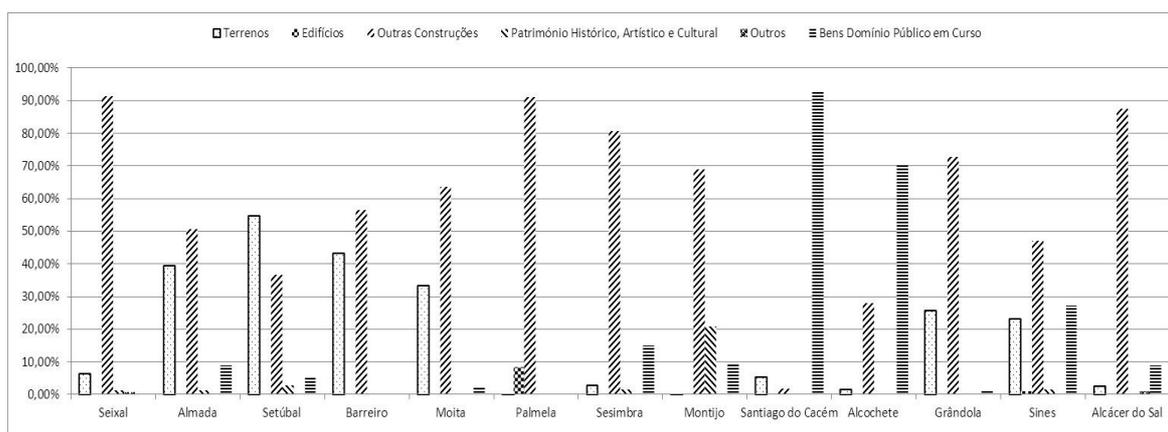
Como podemos constatar através dos gráficos 3 e 4 os municípios, de 2009 para 2010, sofrem poucas alterações na sua estrutura de BDP. Importa referir que, nos município de Alcácer do Sal e do Barreiro, o peso das “Outras Construções” nos BDP aumenta neste último passando a ter maior importância do que os “Terrenos”.

Gráfico 3 – Estrutura dos Bens de Domínio Público – a Nível Distrital no ano de 2009



Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 4 – Estrutura dos Bens de Domínio Público – a Nível Distrital no ano de 2010



Fonte: Elaboração Própria.

4. CONCLUSÃO

Os bens de domínio público pelas suas características são uma especificidade do sector público e apenas por este são administrados, sendo obrigatoriamente apresentados no Balanço das entidades contabilísticas que os administram de forma a evidenciar todo o activo que está sob a sua administração e controlo.

O imobilizado (Bens de Domínio Público, Corpóreo, Incorpóreo), representa em média, mais de 90% do activo total dos municípios portugueses. De referir, que nem todo o imobilizado existente se encontra avaliado e contabilizado, pelo que, será expectável que, nos próximos anos, o valor na rubrica de BDP aumente com a inclusão desses bens actualmente ainda não inventariados e avaliados em termos económicos.

Segundo Carvalho *et al.* (2012) a rubrica dos BDP é a segunda maior componente do imobilizado representando, em 2009 e 2010, 36,81% e 37,82% do imobilizado, respectivamente, sendo que a maior componente foi a rubrica do Imobilizado Corpóreo.

Do estudo realizado concluímos que:

- todos os municípios do distrito de Setúbal, incluem BDP no balanço;
- em todos os municípios o Imobilizado representa a maior componente e que os BDP representam a segunda maior componente desse mesmo Activo. As rubricas com maior peso nos BDP são “Outras Construções” e “Terrenos”, tal como, na realidade nacional;
- não se verifica grande homogeneidade na composição dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal, havendo muitos que não seguem a tendência nacional descrita no AFMP. As razões para este facto eventualmente poderão prender-se com a falta de critérios claros de classificação dos componentes dos BDP, além de critérios de avaliação.

Em futuras investigações julgamos relevante efectuar uma análise longitudinal dos BDP dos municípios do distrito de Setúbal para identificar e compreender as alterações verificadas.

5. BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. (2004): Bens de Domínio Público: classificação, avaliação e contabilização em Portugal. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Ângelo S. (2011): Os Bens de Domínio Público nas Autarquias Locais. Dissertação de Mestrado, ESCE, Setúbal.
- Ângelo S. e Teixeira A.B. (2012): Os Bens de Domínio Público no Distrito de Setúbal. XV Encontro AECA, Ofir, Esposende.
- Bernardes, A. (2003): Contabilidade Pública e Autárquica – POCP e POCAL. CEFA, 2ª Edição, Coimbra.
- Carvalho, J. e Alves, J. (2006): Cadastro e Inventário dos Bens do Estado – CIBE Comentado. Publisher Team, Lisboa.

Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S., (2012): Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.

Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S., (2011): Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.

Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S., (2005): Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2003. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Tribunal de Contas.

Carvalho, J., Fernandes, M. J. e Teixeira, A. (2006): POCAL Comentado. 2ª Edição, Rei dos Livros, Porto.

Frade, C. (2003): Gestão das Organizações Públicas e Controlo do Imobilizado. Áreas Editora, S.A., Lisboa.

International Public Sector Accounting Standard Board, IPSASB (2007): IPSAS 1 – Presentation of Financial Statements, NY.

Teixeira, A. B., Mata, C., Pardal, P., e Teixeira, N. (2011): Os Indicadores de Desempenho Utilizados nos Municípios do Distrito de Setúbal. XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica, Córdoba, 2 a 4 Fevereiro 2011.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

SÍTIOS DE INTERNET (CONSULTADOS ENTRE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2012)

Câmara Municipal de Alcácer do Sal - www.cm-alcacerdosal.pt

Câmara Municipal de Alcochete - www.cm-alcochete.pt

Câmara Municipal de Almada - www.m-almada.pt

Câmara Municipal do Barreiro - www.cm-barreiro.pt

Câmara Municipal de Grândola - www.cm-grandola.pt

Câmara Municipal da Moita - www.cm-moita.pt

Câmara Municipal de Montijo - www.mun-montijo.pt

Câmara Municipal de Palmela - www.cm-palmela.pt

Câmara Municipal de Santiago do Cacem - www.cm-santiagocacem.pt

Câmara Municipal do Seixal - www.cm-seixal.pt

Câmara Municipal de Sesimbra - www.cm-sesimbra.pt

Câmara Municipal de Setúbal - www.mun-setubal.pt

Câmara Municipal de Sines - www.sines.pt

Direcção Geral do Orçamento – www.dgo.pt

Direcção Geral das Autarquias Locais – www.portalautarquico.pt